

O PETROLEIRO

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

EDIÇÃO XII - 29 DE MARÇO DE 2018

DESCASO DA AMS PREJUDICA ATENDIMENTO EM MINAS GERAIS

Às vésperas de uma cirurgia delicada na coluna, a enfermeira Elane Aparecida Pires da Silva, de 42 anos, foi informada de que a autorização emitida para a realização do procedimento havia sido cancelada. Consequentemente, a cirurgia, prevista para 13 de março deste ano, também estava desmarcada.

Isso ocorreu no dia 9 de março e não houve qualquer justificativa para a desautorização por parte do plano de saúde AMS. Segundo Elane, apenas no dia 12 ela conseguiu a informação de que a cirurgia foi cancelada por problema no relatório médico.

No entanto, esse havia sido o quinto relatório feito pelo médico para a realização da cirurgia. Em seguida, de acordo com a enfermeira, a AMS apresentou uma nova posição: poderia autorizar uma cirurgia diferente da solicitada pelo relatório médico.

“Eu entrei em contato e me pediram um novo relatório porque havia sido autorizada a cirurgia convencional. No entanto, a cirurgia prescrita pelo médico para o meu caso foi a percutânea [cirurgia por vídeo e sem cor-



Fachada do Edifício Ouro Negro, no bairro Santo Antônio, em Belo Horizonte, antigo local de atendimento da AMS na capital mineira

te]. E devido aos problemas que tenho e a utilização do imunossupressor, não posso fazer uma cirurgia aberta. Preciso que seja o menos invasivo possível”.

Diante da dificuldade, Elane desistiu da cirurgia e fez um novo pedido para ter acesso ao imunossupressor, que usa para tratar um outro problema - a espondilite - e cujo uso foi suspenso para a realização da cirurgia. Ao agendar o procedimento, ela foi surpreendida mais uma vez. “Recebi uma ligação dizendo que não poderiam liberar o imunossupressor porque eu

tinha uma internação liberada para a cirurgia que foi cancelada. Eu então liguei para a AMS e me informaram que eu deveria entrar em contato com o hospital onde a cirurgia foi marcada para avisar do cancelamento e pedir a suspensão da internação”, relatou.

O caso de Elane é apenas um dos inúmeros problemas relatados ao **Sindicato/MG** relacionados à AMS. A situação parece ter se agravado com o fechamento dos postos de atendimento presencial do plano em Minas, que ocorreu no final do ano passado.

Lista de Operadoras de grande porte com mais reclamações por beneficiário - Janeiro de 2018

Posição em Janeiro de 2018	Posição em dezembro de 2017	Operadora
1	2	Caixa Econômica Federal (312924)
2	3	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro (393321)
3	1	Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico LTDA (311961)
4	7	Vision Med Assistência Médica LTDA (403911)
5	4	GEAP Autogestão em Saúde (323080)
6	6	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (346659)
7	14	Petróleo Brasileiro S.A.-Petrobrás (366871)
8	13	Biovida Saúde LTDA (415111)
9	10	Bradesco Saúde S.A. (005711)
10	12	Sul América Companhia de Seguro Saúde (006246)

No ranking da ANS das operadoras de grande porte com mais reclamações, a AMS estava na 7ª posição em janeiro. Em dezembro de 2017, a empresa ocupava o 14º lugar (Foto: ANS/Reprodução)

EDITORIAL

Lula: condenado desde 1980

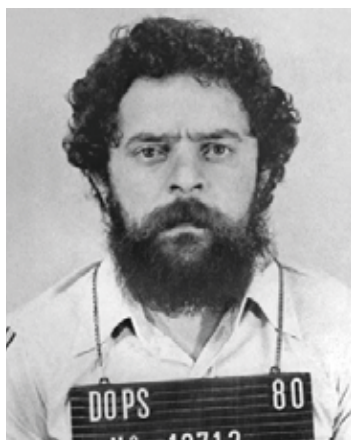
Não é de hoje que setores da sociedade brasileira tentam construir uma imagem corrupta, incapaz e imoral sobre Luís Inácio Lula da Silva. Ainda sob o governo militar, passou 31 dias na prisão em 1980 por liderar uma greve dos trabalhadores no ABC Paulista. Em 1989, ao disputar sua primeira eleição presidencial, viu seu nome envolvido à factoides fabricados pela grande mídia, claramente entusiastas da candidatura Collor. Ao longo das campanhas eleitorais seguintes, inclusive na vitoriosa eleição de 2002, foram recorrentes as associações de Lula à posições e comportamentos considerados “radicais” e “irresponsáveis”. Segundo a tal da opinião pública, um peão, taxado de “analfabeto”, “comunista” e “cachaceiro”, não estaria à altura da faixa presidencial.

Durante e após seus mandatos, mesmo consagrado internacionalmente pelo combate à fome e pelo desenvolvimento de políticas sociais, a maior liderança popular da história recente do país se viu alvo de um longo processo de destruição de sua imagem por meio de um velho mecanismo de disputa política: o tal do “combate a corrupção”. Do circo do Mensalão aos espetáculos da Lava Jato, é incrível a insistente tentativa de imputar a Lula o título de pai da corrupção da brasileira, chefe de uma suposta organização criminosa que seria responsável por toda desgraça do povo brasileiro.

O teatro da condenação de Lula segue à risca esse roteiro. Em julgamento de poucos minutos, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) rejeitou por unanimidade o recurso apresentado pela defesa do ex-presidente contra a condenação no caso do tríplex do Guarujá. Embora ainda reste a possibilidade de um habeas corpus pelo Supremo Tribunal Federal (STF), é improvável que uma corte acovardada seja capaz de afrontar a famosa opinião pública.

A verdade é que essa tal de opinião pública, voz das elites econômicas e políticas desse país, já condenou Lula há décadas! Não são necessárias provas claras, não é sequer necessário que Lula seja preso de verdade - basta transmitir a poderosa impressão de que “ali tem coisa” para inviabilizar uma figura política.

O que nos preocupa, no entanto, é que inviabilizar o ex-presidente é prejudicar mais do que uma simples candidatura eleitoral - é inviabilizar uma ideia! Diante desse clima de desilusão com “tudo o que está aí”, o povo pode acabar achando que não valeu a pena apostar num projeto popular. Nós, movimentos e organizações que nasceram do povo trabalhador e de luta, não podemos permitir isso!



INFORMES

AMS reabre recadastramento para aposentados e pensionistas

Teve início no dia 20 de março o recadastramento da AMS para aposentados e pensionistas. O processo é feito por meio do Botão Compartilhado e estará disponível até 20 de maio. Deverão ser recadastrados, além do titular, todos os seus dependentes inscritos na AMS.

Segundo a AMS, os beneficiários, público alvo dessa fase do recadastramento, receberão correspondência com as orientações. Já os beneficiários que concluíram o recadastramento em uma das fases anteriores (Plano K ou empregados ativos) em virtude de mudança de vínculo ou forma de pagamento, não necessitarão realizar novo recadastramento.

Sindipetro/MG não terá funcionamento nesta sexta-feira

Nesta sexta-feira (30) não haverá atendimento na sede do **Sindipetro/MG** em virtude do feriado nacional da sexta-feira Santa. O atendimento volta ao normal na segunda-feira, dia 2 de abril, das 9h às 18h. O mesmo vale para o departamento jurídico do Sindicato.

Nos dias 30 de abril e 1º de maio (feriado do Dia do Trabalhador) também não haverá funcionamento na sede do Sindicato.

CALENDÁRIO

MARÇO

30: feriado nacional - Semana Santa;

ABRIL

01: Páscoa;

04: Julgamento do *habeas corpus* ex-presidente Lula pelo Supremo Tribunal Federal;

27 a 29: 6º Encontro Nacional de Mulheres Petroleiras, em Natal (RN)

MAIO

01: Dia do Trabalhador;

20: último dia para recadastramento obrigatório de aposentados e pensionistas da AMS;

AMS FECHA POSTOS EM MINAS E DEIXA USUÁRIOS SEM ACESSO A SERVIÇOS

A falta de atendimento presencial também tem ocasionado problemas para a operadora da Usina Termelétrica Aureliano Chaves, Ilnara Santos, de 29 anos. Ela deu a luz ao seu filho em janeiro deste ano e, ao tentar incluir o recém-nascido no plano, não obteve qualquer resposta da AMS.

“Meu filho nasceu em janeiro e, logo em seguida, fiz o pedido de inclusão dele no plano pelo Botão Compartilhado. O prazo de resposta da AMS era de sete dias, mas já estava vencendo os 30 dias que poderia consultá-lo com minha carteirinha e eu ainda não tinha conseguido a inclusão dele. Então, entrei em contato com o Sindicato, que conseguiu o número do cadastro dele e, a partir daí, passei a realizar as consultas. Mas a carteirinha mesmo, eu não consegui até hoje. Primeiro, me mandaram ao posto, que está fechado. Depois me passaram um e-mail onde eu poderia solicitar, mas nunca tive resposta”.

PRINCIPAIS PROBLEMAS DENUNCIADOS AO SINDIPETRO/MG:

- 1- Fechamento dos postos de atendimento presencial da AMS em Minas;
- 2- Falta de informações sobre médicos e unidades de saúde credenciada;
- 3- Má qualidade do atendimento prestado pelo canal de atendimento telefônico - 0800 287 2267;
- 4- Descredenciamento de médicos e hospitais por dificuldade no recebimento pelo serviço prestado ao plano;
- 5- Falta de hospital credenciado em Betim (cidade onde está localizada a Regap).

Ainda durante a gravidez, Ilnara descobriu que seu bebê tinha um problema e precisou de atendimento em especialidades não cobertas pelo pla-

no. Nesses casos, a AMS reembolsa o usuário.

No entanto, o pedido de reembolso em Minas só pode ser feito no posto de atendimento presencial (em algumas regiões, há possibilidade de ser solicitado via Botão Compartilhado), fechado no dia 28 de dezembro de 2017 - tanto o da Regap quanto o posto localizado no bairro Santo Antônio, em Belo Horizonte.

“Estive no posto e me entregaram um papel dizendo que estava temporariamente fechado, mas que seria reaberto no dia 15 de fevereiro. Voltei lá e continua fechado e a gente não consegue nenhuma informação sobre o prazo para reabrir”.

A reportagem entrou em contato com a assessoria de imprensa da Petrobrás sobre os problemas relatados pela categoria, mas não obteve retorno. O setor repassou a demanda do **Sindipetro/MG** ao gerente setorial do RH/RRH/RS, Maurício Lopes Ferreira, que também não respondeu.

ANS registra problemas com plano de saúde da Petrobrás

Todos os planos de saúde no Brasil devem seguir diretrizes e regras estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Entre elas está a Resolução Normativa nº 395/2016 que, entre outras coisas, prevê que a implantação de unidade para atendimento presencial funcionando em horário comercial durante os dias úteis nas capitais dos estados ou regiões de maior atuação dos planos.

No entanto, a medida exclui as operadoras de pequeno porte, as exclusivamente odontológicas, as filantrópicas e autogestões, e a AMS se enquadra na última modalidade. Por isso, a empresa não infringiu nenhuma norma ao fechar os postos de atendimento presencial.

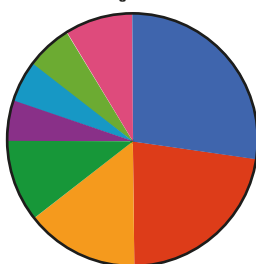
No entanto, a ANS informou que “por meio da Diretoria de Fiscalização, identificou problemas na operadora Petrobrás (registro ANS 366871) no âmbito do Programa de Intervenção Fiscalizatória”. A Agência não informou quais normas a AMS infringiu, mas ressaltou que já foram expedidas recomendações para correção.

Ainda conforme a ANS, somente

em 2017, foram registradas 634 reclamações relativas à AMS.

“A maioria das reclamações referem-se ao tema Gerenciamento de Ações de Saúde, que engloba problemas relacionados a autorizações prévias, franquias, coparticipação e outros. Em seguida, vêm reclamações sobre reembolso e em terceiro lugar, sobre prazos de atendimento”.

CLASSIFICAÇÃO DAS DEMANDAS DE OPERADORAS POR ASSUNTO:



- Gerenciamento das Ações de Saúde por parte de Operadora (autorizações prévias, franquias, co-participação e outros);
- Reembolso
- Inclusão de Dependentes
- Prazos Máximos para Atendimento
- Rol de Procedimentos e Coberturas (geográfica e assistencial)
- Suspensão e Rescisão Contratuais
- Itens Obrigatórios e Cláusulas Contratuais
- Outros



(31) 98417-5352

Cadastre esse número em sua agenda e mande uma mensagem com seu nome e unidade em que trabalha para receber as novidades do Sindipetro/MG no WhatsApp.



SINDIPETRO/MG BUSCA SOLUÇÕES PARA PROBLEMAS COM AMS

Diante das inúmeras reclamações recebidas, o **Sindipetro/MG** levou o caso da AMS para o Grupo de Trabalho que discute alterações no Benefício Farmácia. O coordenador do Sindicato, Anselmo Luciano da Silva Braga, que é um dos cinco representantes da FUP no grupo, denunciou o descumprimento de profissionais, a falta de atendimento presencial e de acesso ao serviço de reembolso e também a falta de um hospital credenciado à AMS em Betim, cidade onde está localizada a maior unidade da empresa em Minas, a Refinaria Gabriel Passos (Regap).

“É uma imoralidade um plano que tem um número tão grande de usuários restringir o atendimento à internet, que é um serviço que não está acessível a todas as pessoas. Ainda que não seja ilegal, é imoral. Além

do que, nesses últimos três meses, a empresa deixou de gastar quanto em atendimento ao público? E isso não foi repassado aos usuários. Continuamos pagando a mesma mensalidade para utilizar o plano”, afirmou.

Além das denúncias feitas à Petrobrás no GT do Benefício Farmácia, o departamento jurídico do Sindicato vai entrar com uma ação na Justiça do Trabalho nos próximos dias solicitando o restabelecimento do atendimento presencial da AMS ou a disponibilização de todos os serviços via Botão Compartilhado.

A equipe de comunicação do Sindicato entrou em contato com a Petrobrás, via assessoria de imprensa e via ofício enviado à Gerência de Relações Trabalhistas e Sindicais, mas não obteve nenhum retorno da empresa sobre as denúncias apresentadas.

Governo Temer ataca planos de saúde de estatais

A situação da AMS reflete uma política do governo Michel Temer de retirada de direitos dos trabalhadores. Em outras empresas públicas ou de economia mista, como os Correios e o Banco do Brasil, os trabalhadores também estão enfrentando problemas relacionados ao acesso à saúde.

No caso dos Correios, a categoria entrou em greve no início de março por causa, principalmente, de mudanças propostas pelo governo ao plano de saúde dos trabalhadores.

No entanto, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), em audiência realizada no dia 12 de março, autorizou a cobrança de mensalidades e coparticipação no salário bruto da categoria, mas barrou a tentativa de exclusão dos pais dos empregados como dependentes do plano.

Já no Banco do Brasil, a mudança diz respeito aos novos servidores. O edital do concurso mais recente para a instituição prevê que novos empregados não terão direito ao plano de saúde que atende aos demais bancários. A medida atende a uma norma do Ministério do Planejamento, de 18 de janeiro deste ano, de não constar benefícios em editais de novos certames federais.

A mesma norma prevê a implantação de um sistema paritário de contribuição nos serviços de assistência à saúde nos planos de saúde de servidores públicos e de estatais. Isso significa que empresas e funcionários terão de dividir, em partes iguais, os custos com a manutenção dos planos de saúde. Atualmente, as estatais federais pagam uma parcela maior que seus empregados - 75% do custeio, em média.

A medida ainda não atinge os petroleiros, pois o Acordo Coletivo da Categoria (ACT), válido até 2019, garante e que “o custeio de todas as despesas com o Programa de AMS será feito através da participação financeira da Petrobras e dos Beneficiários, na proporção de 70% dos gastos cobertos pela Companhia e os 30% restantes pelos beneficiários, nas formas previstas neste Acordo Coletivo de Trabalho”.

Participantes do PP-1 tiram dúvidas sobre equacionamento em seminário

Contribuintes e beneficiários do Plano Petros 1 (PP-1) participaram de mais um seminário sobre o equacionamento do PP-1 na última quinta-feira (22), na sede do **Sindipetro/MG**. O evento contou com a participação do dirigente do Sindipetro/RS e membro do Grupo de Trabalho sobre a Petros, Hélio Libério. Os participantes tiraram dúvidas sobre a cobrança do déficit por parte da Petros e se informaram sobre o processo que o Sindicato está movendo contra a Petros na Justiça.

Apesar de ter obtido uma liminar que suspende a cobrança do déficit e determina o equacionamento pelo mínimo, os contracheques do mês de março vieram com o desconto. O Sindipetro/MG já entrou com uma petição para aplicação e majoração da multa fixada à Petros e a prisão de seu presidente Walter Mendes e dos diretores Daniel Lima, Flávio Castro e Henrique Trinckque. Também pediu que os valores descontados sejam estornados aos petroleiros e pensionistas.



Contribuintes e beneficiários do Plano Petros 1 participam de seminário sobre o equacionamento do Plano com o petroleiro convidado e participante do GT da Petros Hélio Libério. Participaram da mesa os diretores do Sindipetro/MG Leopoldino Martins e Alexandre Finamori, e o coordenador jurídico do Sindicato, Caio Fernandes.